

FÁBULAS DE NOSSO TEMPO: O PRECONCEITO, A TOLERÂNCIA E A METAMORFOSE DO BICHO-HOMEM

Vania CINTRA¹

Nenhuma filosofia vive da pura razão. É apenas a forma conceitual e sublimada da cultura e da civilização, tais como se desenrolam na história. **Werner Jáeger - PAIDÉIA, A Formação do Homem Grego.**

O que é do homem, o bicho não come? Deus é brasileiro? E o *nosso jeitinho*, de quem ele é? Será mesmo *nosso*? Certos ditos populares contêm verdades incontestáveis, mas outros não. Se, pelo menos, desconfiamos disso, estará aberta a chance para questionarmos o tal do *jeitinho* que nos é atribuído. Defeito ou virtude, não importa ainda, talvez ele não seja exatamente *nosso*, um modo-de-ser e de sobreviver diferente. Mas, se o jeitinho fosse mesmo nosso, quem teria verificado essa nossa verdade? A sabedoria popular, a Ciência Social, um observador-interessado? Como traço cultural, seria universal ou particular? Como traço étnico, representaria esperteza, ingenuidade ou ignorância? Nós o teríamos assumido, ou os outros nos distinguido através desse atributo? Pois afinal, sempre é hora de saber quem somos nós, quem são os outros, o que fazemos nós, o que [nos] fazem os outros, ou, ainda, por que seriam os outros [ou seríamos nós?] *diferentes*. Se a nós, brasileiros, é atribuída a pecha do *jeitinho*, não seremos por certo, os únicos a ser brindados com *diferenças*, nem os únicos que as assumimos.

E ao darmos alguma atenção a essas questões, entre muitas outras em aberto, insinua-se pelo menos útil indagar antes *quais* as nossas diferenças, sejam elas melhor ou para pior, *quando* as demonstramos ou as percebemos; e em *quintos* e *quais momentos* se reproduz a metamorfose do outro em nós, do

⁽¹⁾ Licenciada em Ciências Sociais/PUCC - Mestre em Integração da América Latina/USP - Especialista em Docência no Ensino Superior/PUCC - Membro do Conselho de Pesquisadores em Educação do Núcleo de Educação/PUCC 96/97.

— endereço eletrônico: vcintra@correionet.com.br - tel/fax 019- 252.3142



Ponto de
Vista

nós em outro - em que se produz a transformação ideológica do bicho, ou da fera, em homem. Ou apenas estaríamos falando na transformação de um bicho-homem em um homem-bicho?

I. O bom-senso, ou senso-comum, inclusive um senso-comum douto, nas palavras de um respeitado cientista social da atualidade [Bourdieu], é uma força ideológica imponderável. E, por vezes, incontrollável, na busca permanente do consenso. Ele produz quase sempre, a generalização arbitrária dos fenômenos que observamos - o que nos conforta o intelecto. Se essa generalização é decorrente de analogias descabidas, presta-se apenas a anedotas. Mas, quando ela é construída a respeito da natureza ou da essência do gênero humano, provoca efeitos incalculáveis, por vezes, desastrosos. Para complicar a significação de representações eventualmente observadas, os paradigmas, ou modelos montados para nos ajudar a compreender a realidade, substituem-se através dos tempos, mas também se acumulam - o que significa que sua substituição não representa, por si, qualquer alteração na ordem estrutural, a que nos submetemos todos, porque os universais adotados pelas Ciências Humanas abrigam, necessariamente, elementos gnoseológicos, metafísicos, ontológicos, éticos etc. e, principalmente, lógicos. E, embora a filosofia e as teorias científicas suscitem, de quando em quando, tanto sérias discussões quanto grande algazarra bizantina a respeito da natureza do universo ou da sua existência real, muitas vezes tudo se limita a questionar-se se dada terminologia continua adequada aos mesmos objetivos de um discurso, e não o conteúdo que este possa representar.

A questão do *outro* existe e persiste [que se saiba] desde a antiguidade clássica até os dias de hoje, podendo ser explicada, convincentemente, através de argumentos históricos, geográficos, biológicos, psicológicos, religiosos, morais, econômicos e políticos. Descoberta a *diferença*, como um fenômeno oposto à *semelhança* entre os homens e seus modos-de-ser, cujas origens se encontrariam na es-

sência da Humanidade, é aquela, a *diferença*, que justificará o preconceito, a discriminação, e, portanto, também o privilégio. Sejam afirmados por leigos, filósofos ou cientistas, permitidos ou denunciados criticamente por eles, os deveres e os direitos às *diferenças* não são característicos das sociedades modernas, industrializadas, e organizadas politicamente sob a forma de um Estado de-classe. O característico das sociedades contemporâneas é o tratamento *sistemológico* a elas conferido.

A análise do tema não se reduz a singularidades formais, cartesianas. O prefixo pré indica anterioridade, antecedência, antecipação. Os preconceitos e os julgamentos perfazem-se em formas institucionais específicas de controle social; e são encontrados no pensamento, na linguagem e no comportamento de seres humanos em qualquer sociedade em qualquer tempo ou espaço físico. Sob quaisquer conjunto de valores ou modos-de-ser organizados [culturas], em qualquer geração ou país, tempo e lugar, todos temos mitos, crenças, tabus, as "falácias não refutadas". Alguns vão sendo substituídos, através de correntes de pensamento que entram em voga, ou das descobertas científicas ou tecnológicas, resultando naquilo que é denominado como desenvolvimento e modernidade intelectual. Alguns outros, permanecem sendo verificados e praticados, ou são recriados, reformados ou reproduzidos, através da reutilização das mesmas referências básicas que lhes deram origem, mas já em nome de um desenvolvimento e de uma modernidade ambicionados, que a descoberta da verdade mais próxima d'A Verdade deveria ensejar. Novos ou velhos, mitos e mentiras se acrescentam à inércia social ou a rompem, alimentam forças mobilizadoras e desmobilizadoras, e tanto permitem que indivíduos e grupos organizados [ou meramente ordenados] enfrentem as circunstâncias a que estão subordinados, quanto promovem uma consciência conformada e inerte, que responde à mais real verdade incontestável: a cada vez que a ignorância do Homem, que tudo estrutura e classifica, cede

espaço a qualquer desconcertante descoberta que coloca as verdades anteriormente aceitas, sob suspeita, e a ordem preservada, em risco, dá-se um jeito... para que tudo retorne ao que era antes, sob as novas luzes, os novos paradigmas, os novos preceitos e as novas formas de preconceito. E esse jeitinho não é exata nem exclusivamente nosso.

II. Quem somos nós, afinal? Chegamos no comando das caravelas e galeões, populávamos suas galeras, ou estávamos aqui a esperar os invasores como deuses vindos do além? Ao nosso próximo amaríamos como a nós mesmos, criaturas de um Criador, tivesse ele o nome que tivesse? Mas toda fé nossa não produz inimigos, que são precisamente os outros, de outra fé? Como qualquer animal agride qualquer outro de outra espécie, o homem agride outros homens, que a ignorância lhe permite supor tenham um espírito de natureza diferente ou uma cultura de espécie diferente, e os tenta subjugar. A diferença, assim, bem pode ter-se originado ou consolidado nas questões espirituais, questões de sentido, resolvidas mediante a conversão do diferente, voluntária e espontânea [e por vezes no fio da espada, na fogueira, na força...], a uma Verdade revelada; residiria entre querer ou não ser um Ser-Humano ou em ter ou não ter uma alma, em ser ou não gente, portanto, em não ser um... bicho. E por não ser de nós-outros tão diferente, afirma-se que o Tupi distinguia o bárbaro e inculto e o chamava Tapuya.

O *outro*, em qualquer cultura, em qualquer tempo, apresentou-se invariavelmente como *diferente*, podendo ser admirado ou evitado, devorado, repudiado, massacrado, queimado ou adorado, conforme os atributos que lhe eram conferidos. Há que lembrar, ainda, que infiéis, bruxos, famílias reais, escravos, ladrões, profetas, possuídos, deficientes físicos e mentais etc. já seriam *diferentes* antes que índios, amarelos, negros, brancos e mestiços como tal fossem classificados. Mais descaso que verdade, portanto, exprime o entendimento de que a *diferença* inclui-se no rol das grandes descober-

tas realizadas durante os séculos XIV/XVI, no qual o nosso território se inclui, quando a crônica da época afirma que cavaleiros, missionários, piratas e degredados europeus se disseram surpresos ao deparar-se com uma população emplumada e parda. Ela tampouco se inaugura com a justificativa do ressurgimento de um regime escravocrata; ou sequer com a invasão de territórios inexplorados por administradores e colonos provindos dos grandes Impérios europeus durante o XVII e o XVIII. Filosofia e Ciência teórica e aplicada caminhavam lado a lado, a lépidos passos, às épocas em que fomos nós inventados, primeiro como ilha, depois como continente, e muito mais rápidos ainda naquela em que logramos formar uma sociedade supostamente independente formada por homens presumivelmente iguais a outros homens.

III. Podemos concordar com Gramsci que o senso-comum segue, um pouco atrás mas sempre de perto, a Filosofia; da mesma forma ele seguirá a Ciência. Ele se cria e recria a respeito das diferenças e da moral do homem e de sua sociedade, que permitem ser analisados sob diferentes paradigmas. O discurso que explicará a moral e as diferenças, mesmo carente de qualquer rigor científico ou de identidade, poderá encadear argumentos considerados válidos pelo senso-comum, e o próprio discurso será válido por ser acessível, compreensível e explicativo, e por poder ser adotado por qualquer sujeito medianamente ilustrado. A continuidade desse mesmo discurso ou outros discursos aparentemente divergentes dele poderão ser perfeitamente montados, divulgados e aceitos nos mesmos moldes. Que sentido dar a eles?

A partir do XIX, as ciências se fragmentam e se determinam metodologicamente a partir da *filosofia positiva* e da *física social*, e a experiência dos sentidos negaria validade a qualquer construção da imaginação ou da razão. Ciência e Universo civilizado sofrem um extraordinário impulso de superação de seus anteriores limi-

tes. Um universo colonial se consolida e, ao mesmo tempo, um objeto específico - os últimos indivíduos e sociedades ditas *simples*, ainda sem contato com a bagagem secular de saberes e fazeres *ocidentais*, sua complexidade e seus avanços tecnológicos - coloca-se disponível à observação. Teorias científicas promovem a derrota [aparente] de uma Verdade anterior, transcendental, empírico-subjetiva, que já não podia sustentar-se por si e por sua moral exterior ao Homem; e apresentam uma nova Verdade, empírico-objetiva, através do expediente de um conjunto de verdades variadas - que permitirão a compreensão de todas as coisas, todos os estados, todos os fatos e todos os homens conforme a relação entre os desafios oferecidos pelo meio físico e certas capacidades intrínsecas ao Grande-Ser, a Humanidade, que tivessem sido plenamente desenvolvidas ou não [moral na *sociedade* do Homem]. Aperfeiçoam-se os especialistas e disciplinas autônomas se estabelecem - a sociologia, a etnografia, a etnologia, a antropologia, a psicologia... para interpretar o homem em seu universo, analisando-o e explicando-o conforme teorias evolutivas e relativas, que se alicerçam na nova lógica descritiva e analítica. Tal *revolução* se dá como reflexo das práticas políticas e econômicas, e resultará por sua vez em reflexos sobre as teorias políticas e econômicas. A cultura, embora submetida à moral *natural* ao ser humano, separa-se da natureza, e entende-se que a ela se opõe, enquanto todas as verdades fragmentadas porventura encontradas também irão variar segundo uma *natureza* que lhes será específica, e que lhes será atribuída pela Filosofia ou a Ciência, subordinado às quais o observador observa o fato observado - enquanto nelas e entre elas se coloca a si próprio.

E assim passamos a explicar e administrar a Humanidade, interpretando as diversas teorias que nos são oferecidas à reflexão. Paradigmáticos e universais, *o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por objetivo* seguramente encontrarão para sempre suas justificativas. Esta é a síntese do humanismo ou

do humanitarismo que acompanhará a preocupação bem intencionada de estudiosos que, já em nosso século, na tentativa de salvar as almas dos infiéis ao sistema de poder *verdadeiro*, buscaram filiar-se às mais diversas tendências teóricas, amalgamando-as em um todo entrecruzado, difícil de desembaralhar. E esses, e todos os muitos mitos ou verdades, como se tivessem sido enunciados por profetas de um novo tempo, reproduzem-se em nós, válidos ou não, coerentes ou não, em nossa reflexão e nossa prática cotidiana. Pois para todo o sempre estarão presentes em textos escolares, desde os mais básicos aos mais avançados, desde os mais conseqüentes aos mais inconseqüentes. Resta-nos, porém, investigar o amor de quem por *quem*, a ordem de quem para *quem*, e o progresso de quem, às custas de *quem outros*.

IV. O significado de cultura dificilmente se desvinculará da ideologia e, portanto, de uma política, e, portanto, da economia, pois os conceitos não são estanques: eles se interpenetram, e incorporam em si a moral, a ética, as práticas, a fé, os meios e as finalidades últimas. O termo cultura sempre esteve relacionado à raça, à nação, e, por conseguinte, a partir de dado momento, ao Estado. Por outro lado, se tentarmos definir etnia, daremos voltas em torno dos "mais-ou-menos". Para os autores eclesiásticos de outrora, étnico atribuía-se literalmente ao pagão, ao idólatra; foi também originariamente utilizado para referir-se ao relativo a uma raça e designar o que seria comum a habitantes de um território ocupado por essa mesma raça. Assim, a etnologia estabelece-se como a ciência, ou a disciplina, que trata da formação ou dos caracteres físicos das raças humanas. Simultaneamente, a etnografia descreverá seus costumes. Ambas surgem com o estudo das sociedades exóticas, e classificam povos à margem das sociedades históricas. Os Espaços, no entanto, irão substituir com méritos o Tempo como fator de diferença, amalgamando-se ambos em Espaços/Tempos, e criando gradativamente fronteiras de modos-de-ser di-

ferentes, justificando não mais uma evolução linear daquilo que se considerava como sendo a Humanidade, mas evoluções paralelas às quais se atribuem o mesmo peso específico em relação ao homem que as experimenta. As diferenças, portanto, só terão uma única explicação: advirão de atributos étnicos, de qualidades genéticas, indelévels, atávicas, quando não, flagrantemente aparentes.

É redundância afirmar que a comunidade *simples* hoje praticamente desapareceu e, com ela, o homem *primitivo*, à medida em que, observados e salvos, observavam e se perdiam. Os novos tempos e espaços proporcionaram, no entanto, os *marginalizados* e os *periféricos*. Antropólogos analisaram e interpretaram tribos remanescentes, enquanto sociólogos e psicólogos sociais transferiram os mesmos referencial e instrumental às *tribos urbanas*, transformando o preconceito em algo tão obviamente científico e objetivo, e não filosófica e viciosamente ideológico, quanto uma lei de gravidade. Pedagogos, por sua vez, desabaram em expedientes para atender à evidência das *diferenças* étnico-culturais. Mas *etnia* também se refere a expectativas políticas e econômicas. Carente de território que a organize e delimite em fronteiras políticas, uma *etnia* tanto excederá os limites quanto não alcançará constituir-se como nação. Após a 2ª grande guerra, num período de reconstrução dos Estados nacionais, de descolonização, e de formação e consolidação das superpotências, o termo *etnia* não mais corresponderá apenas à idéia de nação não-civilizada, que implica expectativa de progresso, mas passa a referir-se a minorias que pretendem autonomia econômica ou política, absoluta ou relativa. Por razões mais administrativas e demagógicas que científicas ou filosóficas, nos ambientes eruditos entendeu-se que a discussão a respeito das *diferenças* deveria deixar de incluir uma especificidade biológica, racial, de corresponder a um conteúdo físico, geográfico, passando a incorporar noções de qualificação/desqualificação e capacidade de mobilização, da mesma forma justifi-

cando a *essência* e o *sentido* de valores-diferentes, assumidos por um grupo qualquer de indivíduos. E, destacando-se uma idéia de *resistência* de determinado grupo a ameaças a um conjunto qualquer de valores por ele mantido, estendeu-se o entendimento a pequenos grupos que se sobressaem da *massa* pela fé, por preferências estéticas, por condições materiais etc. E a *massa* restou "amorfa" e "sem valores próprios" - quaisquer valores próprios, não importando se os valores observados coincidam ou não, com os da *maioria* da população de um Estado [organização política] que a representasse internacionalmente, ou com qualquer dos setores que o sistema econômico mundial abriga.

V. As disciplinas que se dedicam ao estudo da sociedade e do indivíduo admitiram, com o passar do tempo, em todas as diferentes sociedades, épocas, e modos-de-vida, um único ser humano com múltiplas facetas, não vinculando sua capacidade a um tempo histórico, um espaço geográfico ou uma dada forma de saber e de saber-fazer, um padrão de evolução ou de excelência. Hoje, explicarão seu modo-de-ser através de escolhas entre diferentes soluções, o que confirma uma condição universal de humanidade. Ocorre que tudo agora é... tudo, a cultura, algo que se tenta explicar cientificamente, portanto, sob o imperativo da neutralidade e da objetividade. As barreiras míticas da cultura ocidental deverão, portanto, ser derrubadas e substituídas pela compreensão de um ser-global, que sobrevive já não mais de forma primitiva, exótica ou folclórica, e já tampouco marginal: ela é apenas diferenciada. E todo diferente deverá ser protegido em sua diferença. E, assim, o diferente jamais será um igual. Muito menos porque seja realmente diferente, muito mais porque suas condições de vida são diferentes ...e assim deverão continuar. E ao não equiparar o Homem ao Homem, mas o valor subjetivo das crenças, dos hábitos e das estéticas de homens sem poder, às crenças, hábitos e estéticas de homens poderosos, atribuindo-lhe igual expressão, quando

na realidade não a representam, não é respeito, nem gente, nem vida o assunto do qual elas tratam, mas segregação, domínio e morte. E se tal postura é adotada tanto pelos que se dizem de esquerda, quanto pelos que se dizem de direita, e filosoficamente justificada, em nome da Humanidade, confirma-se apenas que, embora pelo avesso do avesso, realmente, tudo é tudo, que todos estão certos e dizem a mesma coisa, e tudo sendo cultura, cultura é tudo, embora se apresente sob formas diferentes. E tudo se ordena e reordena da mesma forma, embora diferente, de tempos em tempos.

Instrumentos conceituais disciplinares à margem, semanticamente multiculturalismo significaria a coexistência de múltiplas culturas ou modos-de-ser sem que qualquer deles fosse o dominante. Mas algo, como uma cosmologia ferreamente arraigada em nossos espíritos imortais, ou como uma espécie de sistema que devora nossas melhores intenções, sempre insiste em nos levar a inferir que o estágio intelectual mais avançado da Humanidade é o atual estágio da mais complexa civilização deste nosso conhecido universo capitalista - mesmo que o neguemos, posto que, através dele, admite-se a coexistência de moralidades diferentes, sem que, por isso, qualquer homem perca a sua natural Humanidade. Temos assim, um universo multicultural e multiétnico, onde todos os diferentes são, em princípio, iguais, mas os iguais-entre-si deverão diferenciar-se dos demais. Tal postulado afasta hoje, como critério de distinção, por ser já de mau-gosto, referências à cor de pele, à espécie de crença ou à qualidade de hábitos e costumes daquele que se considera ou é considerado mais ou menos diferente ou igual ao Homem tecnologicamente desenvolvido em sua mais elevada potência. Amparado nos mais ancestrais fundamentos geopolíticos, privilegia a cultura como base de análise e interpretação. Como o principal pressuposto metodológico é a "neutralidade", ao serem analisadas as comunidades, desde as altamente industrializadas até àquelas onde a estrutura de classes não é evidente, ou as que

permaneceram afastadas, por qualquer que tenha sido o motivo, do contato e da participação plena no sistema cultural, mundial, imposto por uma civilização desenvolvida a partir do Ocidente europeu, confirma-se como verdade uma cultura universal multi e intercultural. A justificá-lo, o exagero empírico transforma o depoimento colhido nas "pesquisas de campo" em realidade social, desconsiderando a influência dos mais habilitados e mais habilidosos, os processos de manipulação do coletivo em função de interesses particulares ou o acesso, que pode ser amplo ou quase inexistente, dos indivíduos à dimensão das escolhas. E o filtro ideológico do pesquisador, que muitas vezes se esquece de pesquisar a História, produz um quadro social onde culturas e subculturas proliferam como objeto de estudo, abstraindo o fato de que a ideologia, a política e a economia "ocidentais" e o que mais sejam, de uma ou outra forma, estarão presentes na integração ou na estratégica marginalização de grupos artificialmente reunidos [tal como "africanos" ou "latino-americanos", por exemplo] e, forçosamente, representativos de diferenças estruturais entre si. Resta-nos ainda observar o fato de que definir diferenças pressupõe confronto e comparação, e também pressupõe relações que se substituem através da História da Humanidade. Mesmo supondo-se que algum dia não o tenham sido, hoje elas são incontestavelmente ideológicas, políticas e econômicas.

VI. A palavra etnia será, nos dias de hoje, utilizada para designar um grupo social que supostamente se diferencia através de especificidades ideológicas [visões de mundo] não-iguais às de outros grupos, apesar de poder referir-se, e, preferencialmente, referir-se a um grupo que apresente características físicas. Assim, culturas diferenciadas corresponderão a etnias diferenciadas - tudo dentro dos cânones das Ciências dos Costumes, da Ética e da Moral. Teremos assim, muito mais culturas que raças, e podemos ter tantas culturas quanto etnias, e tantas etnias quanto éticas - o que, em

nenhuma hipótese, definirá uma nação, ou sequer uma classe, que logre impor interesses próprios e concretamente defensáveis. E, para classificarem-se as subculturas [e por que não o sub-indivíduo na cultura?], nem sempre ou quase nunca lhes são relacionadas a estratificação da sociedade em camadas de poder, material e intelectual, ou a fruição e expectativa de fruição de bens, ou a qualidade e, a quantidade de saber dos indivíduos que as compõem. Relacionadas sempre a valores espirituais, deveremos respeitá-las, as culturas, é claro, e para compará-las, o básico e suficiente serão o conhecimento e, muito mais, a interpretação da crença ou da religião dos indivíduos seus representantes, e o conhecimento e a interpretação do funcionamento das suas instituições informais, não regulamentadas pelo Direito Positivo. Isso sempre as faz escapar à consideração da relação objetiva de poder, e às possibilidades reais de consumo ou virtuais de opção.

Respeitando *culturas diferentes*, o que nós estaremos *respeitando*, afinal? O respeito ao indivíduo que teria alma coincidiu com o advento do Cristianismo. E todos ganharam alma. O indivíduo que mereceria luzes, descoberto no século XVII, em seguida o mereceu, e todos mereceram escola. O século XIX recupera o primitivo-cerebral e consagra os estágios de desenvolvimento. E todos ganharam memória e uma história. Que tipo de alma, de escola ou de história já se tratava de um outro assunto. Não por acaso o princípio de respeito às etnias surge após a 2ª Guerra, provocada por conflitos de interesses entre as diversas organizações nacionais que, não livres de conflitos internos, procuravam impor-se umas às outras. Esse novo conceito de etnia e esse tipo de *respeito* não surge, no entanto, em contraposição ao entendimento do que fosse o Estado Positivo, mas em sua complementação; e não por acaso, o apelo ao respeito declinou de brindar populações organizadas sob regimes políticos que se afastavam o suficiente do modelo liberal e que, de alguma forma, demonstravam real ou virtual

poder para ameaçar a anunciada paz de uma ordem internacional.

A partir dos anos 50, será mais culto ou civilizado qualificar os latino-americanos, os africanos, os indígenas [mas os judeus, os franceses, os alemães, os japoneses...] como tais, não mais, iguais aos seus iguais, para explicar seja a força modificadora, seja a apatia, a pureza de propósitos ou a perversidade, geopolítico-espiritualmente, na *cultura* e nos *valores* da maioria [segundo critérios absolutamente aleatórios] de sua população. Nós, *latino-americanos*, livrávamo-nos do ônus das *Três-Raças-Tristes*, o índio, o negro e, fosse a terceira portuguesa ou espanhola, não importava, era ibérica. Ganhávamos em troca, como herança provavelmente delas mesmas, o ônus de uma diferença científico-filosoficamente explicada, alinhavada logicamente, talvez, desde a época da Reforma, que, no final, recai na questão da superioridade/inferioridade e na dos méritos. Explicam-se assim o sucesso *dos outros* e o *nosso* fracasso político-econômico. Culta e civilizadamente, reconhece-se a superioridade étnica dos colonizadores do futuro, critica-se, mas justifica-se, a sua violência, ao mesmo tempo que *respeitam-se* as etnias *diferentes* dos desde sempre subordinados, justificando-se sua submissão. Estimula-se a violência destes últimos contra si próprios, demonstrando-se não apenas a inutilidade de quaisquer ambições que excedam suas *verdadeiras* potencialidades, como também a eficácia e a virtude da violência do outro, mais desenvolvido, em verso, prosa, filme e vídeo-clipes. A quem exerce o poder sob a Ordem Internacional, velha ou nova, sempre a mesma, interessa a institucionalização de *sua* diferença e *sua* supremacia, oposta à marginalização e à ineficácia de *outros*. Portanto, para nós, altera-se a explicação, mas não a situação. Além do que, *apatia* de desenvolvido, daquele cujo estômago é quente, ao que são dadas opções, pode ser explicada através da despolitização e do fastio, enquanto que a nossa apatia não terá jamais outra causa, senão o desespero e a ausência absoluta de perspectiva.

VII. Definir valores como bons ou maus sempre foi uma tarefa filosófica, e o permanece sendo. Ao cientista social foi conferida a prerrogativa de afirmar que não se preocupa em considerar a “correção moral” do que observa e analisa; mas, no frígido dos ovos, culturalismo é uma teoria que se origina em teorias precedentes que tratam da natureza e das características dos valores assumidos pelos indivíduos. Uma discussão entre existir um relativo grau de liberdade e cientificismo na observação do objeto em estudo ou, ao contrário, evidenciarem-se compromissos na própria escolha dos métodos e da referência conceitual utilizada na investigação, apenas nos reconduz à estaca zero. Através de dois procedimentos básicos e complementares, um deles, ativo, o outro, passivo, qualquer indivíduo, na qualidade de observador, é preconceituoso a partir do momento em que admite a existência de um outro no ser-seu-semelhante que observa: de um lado, assume uma identidade [a sua] e comporta-se estereotipadamente conforme crê seja o padrão que o identifica e distingue dos demais; de outro lado, toma por um modelo de comportamento diferente o grupo observado [o grupo dos outros, ao qual sabe que não pertence, e com o qual, por isso, não se identifica], em comparação com aquele que atribuiu como sendo o seu, transformando-o em alternativa para suas análises, analogias e interpretações. Por vezes, assume um comportamento esdrúxulo, anotado em “diários de campo”, parecido ao que julga ser o comportamento do outro, na busca da compreensão dos valores do outro. Qualquer padrão daí retirado é ideal, não se concretiza na sua diferença em qualquer grupo humano, o que não significa que não “exista”, porque se substancia em conseqüências. A opção de uma origem e de uma identidade, que permite ao estudioso colocar-se no centro [de observação] do mundo, não requer, por outro lado, qualidades em si e por si mesma, nem requer proximidades ou laços reais de qualquer ordem. É uma ferramenta, como a coleta de dados, a análise e a interpretação de fatos estranhos ou familia-

res, de um trabalho científico, que pretende ser reconhecido entre os que são considerados apenas científicos e não políticos, que tem uma finalidade essencialmente científica e obedece a uma metodologia definida como científica. Mas pouco importa se o estudioso afirma, com pureza d'alma, que considera essa opção qualitativamente equivalente às demais, ou, que não crê que uma finalidade científica possa também ser uma finalidade política. Porque, apesar de representar uma metodologia universalmente aceita, que já é um valor em si, qualquer sentido que se atribua a um padrão cultural, ou mesmo a própria idéia da existência de padrões culturais que possam constituir-se em parâmetro de comparação e julgamento das relações estéticas, morais e cognitivas, das atitudes e expectativas dos diversos indivíduos pertencentes a diferentes grupos de indivíduos, não têm qualquer essência ou existência autônoma nem independente das relações com outros indivíduos, grupos de indivíduos e com seus interesses. E essas relações são políticas, são relações de poder.

A semântica original, o significado objetivo de *etnia* e *etnocentrismo*, na verdade, não mudou; aí, o preconceito - que rotula, qualifica, e fornece o certificado de origem e pertencimento que nos valoriza ou desvaloriza, mas indefectivelmente nos limita e predetermina - permanece. Continuamos hoje na mesma tarefa intelectual insana: fragmentamos, classificamos, agrupamos, separamos e ordenamos qualquer população sob uma série de categorias permeadas pelas noções de NÓS e ELES, reconhecendo, e assumindo como verdade, que *valores* de uns não pertencem nem poderão pertencer a *outros*. Um sistema de símbolos e significados nos garante a unidade dos grupos, a heterogeneidade da humanidade, e perpetua a diferença. Organizamos assim, as relações sociais, e definimos *lugares* a cada grupo, que justificam diferenças hipoteticamente avessas às mudanças e são justificados por elas. E nos sentimos seguros, amparados, reconhecidos na multidão, considerados, enfim, como *gente*. Uma eterna brincadeira de “escravos de

Jó” na qual sempre os mesmos “guerreiros” fazem seu zigue-zague estratégico, simulando um rodízio democrático e deixando o resto do mundo fora do “jogo”.

VIII. A equação do problema, e a chave da solução da discriminação do outro parece residir, no entanto, em definir, na prática, até as últimas instâncias e conseqüências, não exatamente qual ou como, mas o porquê da diferença entre um outro qualquer e um nosso próximo ou nós mesmos. Gente como nós merece certos cuidados e atenções, possui certos direitos - e, em contrapartida, assume certos deveres. A questão não é simples, uma vez que alguns já afirmaram que os cães também são gente. Mas, a pergunta que resta é: em que, afinal, o reconhecimento, nos meios acadêmicos, da instituição da diferença, e dos direitos e das prerrogativas que ela confere, alterou uma ordem universal que sempre funcionou e funciona sob princípios de desequilíbrio, entre crises e sobrevive através da legitimação do domínio e da subordinação? Na posição de intelectuais conscientes de nosso lugar, momento e trajeto histórico, da nossa responsabilidade sobre as gerações que formamos para o futuro, antes de analisar e classificar indivíduos e culturas, será conveniente definir objetivamente qual destino dar às análises das crenças, mitos e tabus enquanto tais, e às suas exaustivas classificações. Isso, antes de tudo, e ao mesmo tempo em que pensamos e ponderamos quem ou o que pensamos ser, quando tratamos da definição de quem é o outro e de quem somos nós. E, ante o dilema entre assumir idealmente ou de fato a discriminação étnica ou alegar a defesa do chamado multiculturalismo, escamoteando a violência ou a irresponsabilidade - ambas tendências surgidas sob os auspícios das diferenças admitidas como reais - deveremos pensar e ponderar a respeito de quem ou do que pretendemos ser, se semelhantes ou diferentes do que pensamos ser, no por que e como pode, ou deve haver, a diferença, e em qual a utilidade da sua manutenção ou do seu definitivo descarte nos quadros de nosso projeto - se é que

temos um. O que se reduz a uma tarefa lógica. Que a nossa própria linguagem nos oferece recursos para dar conta.

A estrutura pedagógica que se representa e reproduz através dos princípios, dos meios e dos fins do ensino institucional, é uma das mais eficazes formas de controle social, obedecendo a uma política educacional, que sempre será de natureza estratégica, seja ela formulada objetivamente ou, nos casos de omissão dos responsáveis, definida pela ausência de diretrizes. A estrutura pedagógica brasileira não foge à regra e a responsabilidade por ela é inteiramente nossa. Brancas, negras, amarelas, marrons, ictéricas, verdes ou rosadas, idealizar subculturas, estimulando a fragmentação que conforma o todo, é discriminar, é marginalizar, é perpetuar o absurdo abismo entre as diversas camadas da sociedade, é superestratificar a diferença, condenar populações, submetê-las a hipotéticos padrões de limitação ou de capacitação intelectual. Ao criarmos subperiferias a partir de nosso próprio lugar de periferia, é impossível desfazer-se o desvirtuamento da percepção e da compreensão do que seja uma periferia.

IX. Não somos nós brasileiros apenas porque o queiramos ser, mas porque assim somos internacionalmente reconhecidos e assim podemos nos reconhecer. Somos brasileiros e não há como fugir a essa predeterminação. Mesmo que o quiséssemos, não nos permitiriam aqueles que colocam o mundo sempre em Ordem. Mas quem é o Brasil? a quem privilegiamos ou discriminamos? O Brasil é um país latino-americano? O que é um ser latino-americano? Pensemos, portanto, naquilo que afinal consiste uma América-Latina. O rótulo nos foi fornecido por quem se identifica sob padrões de uma cultura anglofônica, portanto, diferente, mas que se representa também através da evolução da cultura européia, reverenciando instituições aqui-seculares. Classificados politicamente em uma sociedade global internacional, seremos brasileiros, chilenos, panamenhos, canadenses etc. - que são rótulos impostos por

circunstâncias históricas, e que nos colocam, a todos, sob padrões culturais comuns, mas ao mesmo tempo coloca a nossa maioria sob padrões materiais comuns - mesmo que nos consideremos italianos, franceses, judeus, alemães, nisseis, afros ou o que valha - que são rótulos assumidos por uma opção de identidade com um passado que até poderá estar em nós, mas que definitivamente não nos é comum. Serão essas identidades territorialmente fragmentadas, unidas por um espírito ancestral, as que se representariam internacionalmente e teriam conferido o seu poder de participar e interferir em decisões que as afetam? As estatísticas afirmariam que a maioria discriminada no nosso país é mestiça e miserável. Não seria mais adequado definir como mestiça a nossa maioria? E não seria muito pobre a nossa maioria? Em que época essa mestiçagem exatamente teria começado, ao imaginarmos um universo pré-colombiano? E quando teria começado a consolidar-se a miséria que desde sempre nos assola? Por outro lado, quem, hoje, de qualquer cor, assumindo qualquer valor ou fé no sobrenatural, não se sente receoso e não se submete à ameaça da escassez, com tanta terra por cultivar, da falta de teto, com tanto espaço para ocupar, do desemprego, com tantas coisas a fazer, da fome, com tanto grão para exportar, das mazelas mais sanáveis, com [por luxo?] tantas Universidades a produzir sábios, especialistas, intérpretes, tradutores e doutores?

Quem poderá impor limites à ambição, prudência ao desperdício, desenvolvimento às regiões miseráveis, senão nós de nós-todos, que sabemos não poder pretender fazer revoluções, mas podemos educar para que recursos e capacidades sejam mobilizadas em nosso benefício e em benefício dos nossos? Porque não foi o poder do ferro e do fogo em sua brutalidade destrutiva, o poder da violência, aquele que nos foi dado ter nas mãos, mas sim o poder do conhecimento, o da sabedoria a respeito daquilo que fogo e ferro são capazes de produzir, o único poder que realmente alcança mudanças definitivas - o de fundir e moldar

objetivos viáveis a médio e a longo prazo, o de inculcar esperança e confiança naqueles que nos sucederão. E confiança e esperança não são algo que se deposite simplesmente em alguém, nem que se conquiste de si mesmo, sem que haja um objetivo claro e definido e práticas conseqüentes. Qualquer identidade, seja a que é imposta por força dos fatos, seja a que é assumida por opção, classificará, limitará, predeterminará qualquer indivíduo em *sua* cultura ao saber e ao poder que ela lhe oferece. A questão da discriminação desfavorável, do preconceito que segrega - e, por fim, elimina - grupos de indivíduos aos quais nós todos pertencemos, queiramos ou não, assim como a questão dos privilégios é uma questão de Educação, e é também, e principalmente, uma questão de Estado, sendo insuficiente equacionar problemas econômicos sob perspectivas unicamente econômicas - as que desmentem ideologicamente o que de político, histórico e ideológico existe em um processo social qualquer.

X. A Educação, em nosso país assim como em qualquer outro, não é um problema que se resolva por si só, através de teorias pedagógicas ou avaliação de currículos, visto que quaisquer teorias ou currículos são fortemente influenciados por várias disciplinas e por diferentes compromissos. Não há projeto educacional que subsista sem que, por trás dele, haja um projeto de unidade e coerência que integre uma população, sob a evidência de um destino comum e sob a utopia da autodeterminação. Se concluímos que da Escola não depende o futuro, não há porque discuti-la, deveremos simplesmente adaptá-la às predeterminações do presente, e aceitá-lo tal como nos foi dado. Se concluirmos, ao contrário, que o presente é passível de discussão, não deveremos por isso, supor que existam soluções políticas ou pedagógicas que ultrapassem os limites das representações possíveis, das formas disponíveis à observação dos fenômenos de constituição social e luta por poder em escala mundial.

Ponderemos que, mesmo não sendo a Escola mais do que o instrumento de transmis-

são de forma programática, dos conteúdos culturais de uma sociedade [modos de ser e de fazer, praticados no sentido da conciliação tal como a mesma sociedade nos impõe, estruturada da forma como o é], a Educação sempre será um tema absolutamente indissociável da idéia de futuro. A Escola reflete e representa a estratificação social em todas as suas dimensões, inclusive a mundial. Essa estratificação, no entanto, pode e deve ser questionada dentro da própria Escola, a partir de suas condicionantes mais primárias, as conceituais, visto que a cultura que ela se encarrega de transmitir, e não outra, é exatamente a cultura que permitiu a quantidade de teorias que hoje temos a respeito da própria estratificação. Assim, os conceitos que ela transmite e o objetivo que pretende, se em exata consonância com aqueles que norteiam a vida diária de um professor, valerão muito mais que a metodologia que adota ou os recursos de que dispõe em sala de aula. Já “educação social”, em substituição, ou transportada à Escola formal-institucional sem conteúdo programático, a educação que admite o conflito celebrando-o como útil ao sistema, no sentido de sua permanência, e o organiza paternalmente, intimamente acreditando em sua diluição através de um enfrentamento caótico entre múltiplos conjuntos de valores, mas que não o dirige à exasperação e à superação, através do enfrentamento de interesses logicamente compreendidos, articulados e mobilizados, refletirá e reproduzirá a mesma ideologia sob a qual a sociedade mundialmente se estratificou.

Descobrir o multiculturalismo, sob quais aspectos ele é desejável, possível, conveniente porque responde à demanda por respeito à “natureza humana” e aos “valores mais elevados da humanidade”, e em que áreas não se encontra já presente e atuante, desmentindo esses mesmos valores, será também desvendar sob quais aspectos o que hoje é sugerido portal ideal não escamoteia a irresponsabilidade, o descaso ou o interesse atual ou futuro de grupos diferentes-porque-poderosos. Nosso

latino-americano-modo-de-vida já foi, há séculos, predeterminado por diferenças institucionalizadas e atribuídas ideológica e materialmente aos menos aptos. É sob essa perspectiva que será, no mínimo, tão importante questionar quem somos, ou o que somos, quanto definir o que queremos ser e quem pretendemos ser. Sendo o Brasil, como toda a América Latina, uma formação essencialmente miscigenada em termos étnicos, a questão da discriminação não permite ser adjetivada como cultural num sentido deturpado, espiritual, estético, opcional, mas assume características ideológicas a serem analisadas necessariamente, no quadro mais amplo da sociedade internacional.

Como todos os grupos ou tribos étnicas, seremos, nós, avaliados a partir do pertencimento atribuído e da auto-identificação de nossas individualidades com valores e interesses de “nossa tribo”, mas, primordialmente, com o grupo nacional, a que pertencemos por uma imposição secular de classificação de origem, sob padrões definidos como sendo reais e diferentes. Além do que sempre restarão algumas perguntas mal respondidas: valerá reproduzirmos indefinidamente a legitimação das diferenças, seja com relação a nós mesmos, em uma sociedade global-internacional, seja sobre indígenas remanescentes, marginalizados, impedidos de produzir socialmente para o todo social, trancafiados em sua suposta “pureza essencial”, segregados dos processos políticos, condenados à não-representatividade tanto objetiva quanto subjetiva, como fossem animais de estimação? Trará, de fato, qualquer benefício à Humanidade a opção de mantermos íntegros os valores éticos ou estéticos de minorias orientais, européias ou norte-americanas que em nosso território se encontram e dele se valem - sem que se integrem à linguagem, aos valores, aos usos, costumes e objetivos de nossa sociedade, ou utilizem nossas escolas para educar seus filhos, apostem em nosso futuro comum, para garantir-lhes a felicidade, de forma a, se é que têm realmente algo a nos

acrescentar, acrescentá-lo socialmente? Porque é exatamente essa justificativa o que requer e provoca o reconhecimento das diferenças tribais. Porque a “nova” Ordem que nos chega é a dos sobreviventes, dos que impuseram seus desígnios, aqueles que poderemos ser.

O sistema solidamente integrado e hierarquizado faz da cultura da Humanidade uma *única* cultura, e qualquer fragmentação ou concessão de privilégios a formas *diferentes* de cultura representa a discriminação. Ocorre que somente enfrentamos a opressão e a ameaça, ao conhecê-las e à sua sistematização, e, por isso, não nos deixamos iludir pelas mesmas. Se optarmos por uma identidade que possua representação internacional, reconhecida, ao que tudo nos indica, a *diferença* mais flagrante que ostentamos e, ao mesmo tempo, a mais preciosa, é que seremos virtualmente todos os outros em nós, de uma só vez. E poderemos lutar por ela. Façamos, pois, *nossa* opção definitiva.

CONCLUSÃO

O saber popular nos afirma que aquilo que é do homem, o bicho não come. O que nos sugere imediatamente que a lei da sobrevivência do mais capaz, sendo *da natureza*, o próprio equilíbrio ecológico a justificará - não há porque intervir, portanto, na harmonia natural entre criaturas de um Todo-poderoso. Contudo, naquilo que é do bicho, o homem desde sempre pôde avançar, sem susto, remorso ou vergonha, reservando-se, para amanhã ou para mais tarde, o uso, o gozo e a fruição. Como alguns homens são ainda hoje rotulados sob várias espécies emocionais e intelectuais que parecem requerer diferentes *habitats*, será necessário e urgente pensar em por quais razões e sob quais circunstâncias, preconcebidamente

ou por involuntário engano, estão sendo essas *espécies* classificadas. Descobrir quem exatamente se coloca nessa classificação em um lugar mais próximo do lugar definido como adequado a um *homem de cultura plenamente desenvolvida*, e, imediatamente, em qual a forma mais inteligente de assegurar a todos nós, que nos consideramos *homens*, a sobrevivência. Temos pois, toda a *nossa gente de nossa terra*, uma tarefa urgente.

O *jeitinho* de enganar ingênuos e mal-letrados, de driblar as regras e lograr vantagens, definitivamente *não é brasileiro*, jamais alcançou ser prerrogativa exclusiva *nossa*, apesar de praticar-se entre nós. Descobrimos isso, poderemos ainda redescobrir o que há muito já foi descoberto, desde que soubemos que a terra é, de fato, redonda: que, realmente, há certas verdades contidas nos enunciados comprovadamente científicos que são incontestáveis, outras, não - encontram-se apenas naquele *estágio...* à espera de *falsificações...* Portanto, se para os sábios e os valentes da Escola de Sagres, aquela que nos criou, navegar era um dever, e era preciso, para nós, que somos nós e como nós nos reconhecemos, menos sábios pelas circunstâncias, mais experientes pela própria necessidade e pela própria experiência [desde que a reconheçamos enquanto tal], esclarecer é preciso, e exige maior valentia; viver, nem tanto. E para não naufragar, para tudo e para todos, em qualquer tempo, o fundamental sempre será saber fazer os nós bem feitos.

Preservemos, portanto, o nosso engenho e a nossa arte, agindo no *sentido* de nossa Humanidade, a que podemos construir. Não daquela que, segundo os dogmas iluministas, mereceria sobreviver. Mas da nossa Humanidade, multiétnica, monocultural, liberta, justa e plena.